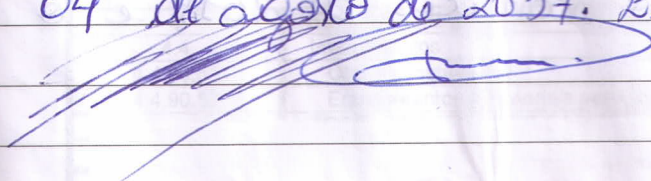


Gepu, falou sobre um dos itens de atendimento ao
 ofício da FUNASA que trata da questão do Plano de
 Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS do município
 destacou que todos os municípios precisam ter o PGRS
 para a obtenção da Licença de Operação. Nada mais ha-
 vendo a contar, lavrou-se a presente ata que se-
 gue assinada por mim, Eliandra Josepovis, secretária
 ad hoc, e pelos Conselheiros presentes. Trindade do Sul,
 04 de agosto de 2017. Eliandra Josepovis, Valéria ~~for~~
 *certif*

Ata 06/2017

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete,
 às quatorze horas, nas dependências do Consórcio Intermunicipal
 de Cooperação em Gestão Pública, como previsto de de-
 liberar sobre os assuntos da pauta na ordem do dia, reuni-
 ram-se os prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio.

Comporte a mesa, iniciando os trabalhos, o Presidente Sr.
 Odair Adílio Felicioli, assumindo a direção, iniciou a pre-
 sência com a leitura do Edital de Convocações, que era
 se transcreve: "EDITAL DE CONVOCAÇÃO: O Presidente do
 Consórcio Intermunicipal de Cooperação em Gestão Pública -
 CONIGEPU, inscrito no CNPJ sob o nº 02.412.033/0001-74,
 Sr. Odair Adílio Felicioli, convoca aos Prefeitos Conselheiros
 para Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal
 de Cooperação em Gestão Pública, a ser realizada neste
 município de Trindade do Sul, no dia 17 de outubro de
 2017, às 14 horas, para ratorem da seguinte ordem do
 dia: 1) Lançamento; 2) Aprovações do regulamento da modalidade
 de prestação de serviços; 3) Outros assuntos. Nada mais a discutir."

a reunião, o Presidente passou ao primeiro tema da pauta, o Orçamento, foi passada a palavra ao advogado João Paulo Hiteni, que apresentou a proposta de orçamento do ano de 2018, informando que os valores das despesas, foram ajustados, com reajuste previsto para o exercício futuro, mantendo as despesas nos valores que já haviam sido fixados no exercício 2017, reajustando apenas as despesas de pessoal, que refletem o reajuste anual. Assim a proposta de orçamento para o exercício de 2018 é o seguinte:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1300.00.00	Receita Patrimonial	
1325.00.00	Remuneração de depósitos bancários	
1325.02.00	Remuneração de depósitos bancários não vinculados	
1325.02.99	Receita remuneração outros depósitos	20.000,00
1500.00.00	Receita Industrial	
1520.00.00	Receita de Indústrias de Transformação	
1520.28.00	Receita Usina de tratamento de lixo	700.000,00
1600.00.00	Receita de Serviços	
1600.13.00	Serviços administrativos	
1600.13.01	Serviço inscrição em concurso público	10.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	
1720.00.00	Transferências Intragovernamentais	
1721.00.00	Transferências da União	
1721.37.00	Transferências a consórcios públicos	4.765.000,00
1723.00.00	Transferências dos Municípios	
1723.37.00	Transferências a consórcios públicos	
1723.37.00.01	Município de Alpestre	215.000,00
1723.37.00.02	Município de Constantina	270.000,00
1723.37.00.03	Município de Engenho Velho	105.000,00
1723.37.00.04	Município de Entre Rios do Sul	105.000,00
1723.37.00.05	Município de Gramado dos Loureiros	110.000,00
1723.37.00.06	Município de Nonoai	347.000,00
1723.37.00.07	Município de Novo Xingu	92.000,00
1723.37.00.08	Município de Rio dos Índios	123.500,00
1723.37.00.09	Município de Ronda Alta	309.500,00
1723.37.00.10	Município de Sarandi	689.800,00
1723.37.00.11	Município de Três Palmeiras	139.500,00
1723.37.00.12	Município de Trindade do Sul	168.000,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	
1920.00.00	Indenizações e restituições	
1922.00.00	Restituições	
1922.99.00	Outras restituições	
1922.99.00.07	Restituição alimentação funcionários	20.000,00
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	8.197.300,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	
2200.00.00	Alienação de Bens	
2210.00.00	Alienação de Bens móveis	
2217.00.00	Alienação de equipamentos	10.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
	TOTAL GERAL DA RECEITA	8.207.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
3	DESPESAS CORRENTES	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.11	Vencimentos e vantagens	1.730.300,00
3.1.90.13	Obrigações patronais	571.500,00
3.1.90.16	Outras despesas variáveis	62.000,00
3.1.90.91	Sentenças judiciais	30.500,00
3.3	Outras Despesas Correntes	
3.3.90	Aplicação Direta	
3.3.90.30	Materiais de Consumo	325.000,00
3.3.90.33	Passagens e despesas	10.000,00
3.3.90.36	Outros serviços de terceiros - pessoa física	48.000,00
3.3.90.39	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	250.000,00
3.3.90.62	Aquisição de materiais	10.000,00
3.3.90.93	Indenizações	5.000,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES		3.042.300,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4	Investimentos	
4.4.90.51	Obras e instalações	965.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e materiais permanentes	4.200.000,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		5.165.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA		8.207.300,00

Posto em votação, o orçamento para o Exercício de 2018 foi aprovado por unanimidade, já que o orçamento considera uma redução de custos, ainda que pequeno, mas demonstrando o equilíbrio de gestão dos recursos. Dando sequência, foi debatida a adoção de modalidade de licitação na forma de pregão presencial ou eletrônico para aquisições de bens e serviços, uma vez que para algumas licitações o comércio está encontrando dificuldades de efetivar a participação de licitantes, ensejando a reiteração dos pleitos. Posto em deliberação, foi elaborado pelo Conselho o regulamento, que vai expresso na Resolução 021/2017, tratando exclusivamente da licitação na modalidade pregão presencial e eletrônico. Nada mais havendo a acrescentar, a presente ata que segue assinada por mim, Eliandira Josefini, secretária ad hoc, e pelos Conselheiros presentes. Trindade dos Sul, 17 de Outubro de 2017.

